

A Comunicação Comunitária no quilombo urbano dos Carrapatos da Tabatinga¹

Silmara de Mattos SGOTI²
Cicília Krohling PERUZZO³

Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, SP

Resumo

O objetivo do trabalho é propor uma reflexão sobre o Quilombo como símbolo de resistência da comunidade negra no Brasil e sua relação de cidadania. A comunicação comunitária praticada no quilombo urbano dos Carrapatos da Tabatinga, no Distrito de Bom Despacho, em Minas Gerais. Expor a luta da comunidade, que perdura até hoje, e suas demandas sociais por reconhecimento, preservação da cultura e identidade quilombola. Refletir sobre a importância da comunicação comunitária para ampliação dos direitos e deveres de cidadania, principalmente, dos segmentos excluídos e silenciados da sociedade brasileira.

Palavras-chave: comunicação comunitária; cidadania; comunidade; cultura.

Quilombo: a materialização da resistência

A formação territorial do Brasil dá-se sob a égide colonial. A Pindorama, terra das palmeiras, como era chamado este país por seus povos originários, foi conquistada pelo colonizador europeu que aqui desenvolveu sua prática de dominação marcada pela apropriação dos espaços e pela exploração intensa dos recursos naturais, bem como dos povos aqui encontrados e que foram considerados seres inferiores, portanto, passíveis de serem consumidos.

A colonização é, antes de tudo, uma relação sociedade-espço. A relação de uma sociedade que se expande e os lugares onde se realiza tal expansão, num contexto no qual os naturais do lugar são concebidos como atributos do espaço, uma sorte de recurso natural local (MORAES, 2005, p. 68).

E essa é a lógica que persistirá em nossa história, pois dos colonizadores europeus passamos as elites nacionais cujo projeto territorial e socioeconômico para o país eram exatamente os mesmos, o de apropriação e consumo dos recursos naturais e das gentes.

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para Cidadania, XV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda do Curso de pós-graduação em Comunicação Social da UMESSP, e-mail: sil.sgoti@gmail.com

³ Orientadora do trabalho. Professora do Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Comunicação Social da UMESSP, Profa. Dra. Cicília M. Krohling Peruzzo, e-mail: kperuzzo@uol.com.br

Assim, a independência é um ato formal que não altera a vida socioeconômica do Brasil. O regime escravocrata, o latifúndio e a concentração de riquezas apenas fortaleceram-se.

Muitas das determinações coloniais permanecem vigentes mesmo após os processos de emancipação política de tais países, uma vez que a nova ordem política é construída sobre o arcabouço econômico e social gerado no período colonial (MORAES, 2005, p. 91).

O negro, tornado escravo, foi coisificado e desumanizado. O europeu se auto outorgou a missão civilizadora e subtraiu aos povos “colonizados” sua história, cultura e identidade.

Milhares morreram nas guerras de captura na própria África, outros milhares na insalubre travessia do Oceano Atlântico para que por fim milhões de outros negros africanos viessem a formar a fortuna dos conquistadores, mas, sobretudo a formar o que somos como povo brasileiro.

Segundo Ribeiro (2004, p.118) a empresa escravista atua como uma mó desumanizadora e deculturadora de eficácia incomparável. Submetido a essa compressão, qualquer povo é desapropriado de si, deixando de ser ele próprio, primeiro, para ser ninguém ao ver-se reduzido a uma condição de bem semovente, como um animal de carga.

A escravidão além de base econômica da colonização brasileira foi também o fundamento de todas as esferas da vida social e política. O escravismo imprime a desigualdade e a exclusão como regras básicas do convívio social. A sociedade escravocrata estabelece o império da violência, o trabalho compulsório prescinde da hegemonia, pois se realiza diretamente pela força (MORAES, 2005, p. 97).

Ao negro foi-lhe negada uma cidadania real mesmo após a abolição da escravatura. Recusados e discriminados como mão de obra paga, muitos negros estabeleceram-se sob as bases da agricultura de subsistência, comercializando, quando possível, seus excedentes. Na maioria das vezes posseiros ou pequenos proprietários os grupos rurais negros constroem coletivamente a vida sob uma base material e social, formadora de uma territorialidade negra, na qual elaboram-se formas específicas de ser e existir como camponês e negro.

Um inventário parcial das informações existentes aponta para o fato de que os grupos negros vivem em bairros rurais, entendidos aqui na perspectiva desenvolvida por Cândido (1971) e por Queiroz (1976), ou então, em áreas esparsas reconhecidas como de negros. A especificidade do modo de vida demonstra existirem elementos que os diferenciam pela condição étnica e história particular de sua constituição. (GUSMÃO, 1995, p.14).

De acordo com Gusmão (1995, p. 12) a história oficial e a ideologia que lhe é própria não mostram a presença negra na terra, posto que foi assumida apenas enquanto força de trabalho escrava e, depois, livre. Disso resultam concepções enganosas e pré-noções tanto a respeito do modo de vida rural, quanto do negro, de modo geral, tornando invisível a existência de uma questão camponesa e negra.

A questão fundiária em nosso país está extremamente vinculada à sorte da população negra, pois ao instituir que as terras deveriam ser “compradas” naturalmente os negros foram excluídos desse processo de apropriação destas, primeiro porque eram escravizados (mercadorias), depois de 1888 por serem libertos, mas marginalizados na sociedade e, portanto, sem a possibilidade de adquirir terras. Embora a questão da obrigatoriedade da compra de terras afetasse também imigrantes e brasileiros brancos e pobres, pois também para estes a terra tornou-se mais difícil, para os negros essa questão levou a uma maior marginalização, visto que se o negro não tinha terras para sua subsistência tampouco tinha outras possibilidades de garantir seu sustento.

Contudo, a história do negro no Brasil não se constitui somente de submissão, houve também, é claro, diversas formas de resistência negra à escravidão como revoltas, fugas, assassinato de senhores, abortos e a constituição de quilombos.

Os quilombos são a materialização da resistência negra à escravização, foram uma das primeiras formas de defesa dos negros, contra não só a escravização, mas também à discriminação racial e ao preconceito.

E é exatamente neste ponto que o destino de negros e das florestas se encontram, pois o mesmo processo que tornou o negro mercadoria, força de trabalho escravizada em benefício de uma minoria branca também consumiu ferozmente os recursos naturais disponíveis no país, sendo as florestas atlânticas as primeiras a sofrerem drástica redução.

Há claramente o consumo da natureza e dos homens, ambos coisificados. Contudo, enquanto a conquista e conseqüente destruição das florestas avançava, transformando drasticamente as paisagens, os povos que resistiam a serem explorados ou literalmente escravizados no processo de desenvolvimento que se instalava buscavam refúgio em áreas afastadas desse processo, nas quais a floresta consistia abrigo e possibilidade de vida em liberdade. Os indígenas, como conhecedores e muitas vezes como parte da própria natureza, conforme suas cosmologias, buscavam quando possível esse distanciamento. A eles se juntaram mestiços marginalizados e também negros que fugiam da escravização. Especialmente ao que concerne às populações negras a fuga tendo como destino as matas

consistiu em importante forma de resistência à escravização e uma das primeiras formas de constituição dos quilombos.

No entanto a fronteira florestal, na qual primeiro os indígenas e depois os negros e mestiços vão buscar abrigo, é permanentemente alcançada pela expansão das atividades econômicas hegemônicas. De acordo com Moraes (2005, p. 68) os atrativos evidentes – os imediatamente encontrados - comandavam a instalação inicial dos colonizadores, mas os espaços desconhecidos atuavam constantemente no imaginário, fazendo da expansão progressiva um elemento sempre presente. Este autor chama estes espaços “desconhecidos” de fundos territoriais, pois se constituem em verdadeiras reservas aos interesses hegemônicos:

Fundos territoriais, constituídos pelas áreas ainda não devassadas pelo colonizador, de conhecimento incerto e, muitas vezes, apenas genericamente assinaladas na cartografia da época. Trata-se dos “sertões”, das “Fronteiras”, dos lugares ainda sob domínio da natureza ou dos “naturais”. Na ótica da colonização, são os estoques de espaços de apropriação futura, os lugares de realização da possibilidade de expansão da colônia (MORAES, 2005, p. 69).

Embora no caso das florestas da fachada Atlântica brasileira, por exemplo, estas tenham sido extremamente consumidas, ainda hoje é possível verificar a presença de uma fronteira florestal ocupada por variadas populações tradicionais, entre as quais, muitas quilombolas, as quais constituíram ao longo de gerações seus territórios.

Neste trabalho adotou-se uma concepção de território integradora que transita da definição política à cultural, pois se preocupa mais com o processo de territorialização como domínio e apropriação do espaço por populações quilombolas do que propriamente com o conceito de território. De acordo com Haesbaert:

Cada um de nós necessita, como um „recurso” “básico, territorializar-se. Não nos moldes de um espaço vital “darwinista-artesiano, que impõe o solo como um determinante da vida humana, mas num sentido muito mais múltiplo e relacional, mergulhado na diversidade e na dinâmica temporal do mundo. (HAESBAERT, 2004, p. 16).

O território foi visto como um espaço físico, mas também como um espaço de referência para a construção da identidade quilombola.

Estes territórios são alvos de diversos conflitos e disputas, pois via de regra, são sobrepostos aos remanescentes florestais atlânticos, cobiçados tanto para o avanço de

monoculturas como a do eucalipto e da cana-de-açúcar, ou expansões urbanas, quanto para áreas restritas à preservação ambiental.

Desta forma, podemos classificar estes conflitos como sendo primordialmente territoriais, visto que o que está em disputa são visões diversas sobre o mesmo espaço e que vão resultar em concepções também diversas de território. Afinal, uma Unidade de Conservação é constituída por um território jurídico e delimitado politicamente, assim como o empresário do setor agrícola verá nestes remanescentes uma frente de expansão aos seus negócios. Contudo, em nossa história tem-se ignorado que estes espaços já foram territorializados material e simbolicamente por populações tradicionais.

Nesta pesquisa, na qual lidamos por vezes com as subjetividades, com os desejos e ânsias das comunidades quilombolas, o território foi considerado antes de tudo, um espaço de referência para a construção da identidade quilombola, pois é físico- material, é político, é econômico e é também simbólico.

A invenção de identidades político-cultural é recorrente, ela acontece sempre que determinado grupo põe-se em movimento para reivindicar o que lhe é essencial. No caso das comunidades quilombolas, a terra. Terra aqui entendida num sentido amplo, englobando a terra necessária para a reprodução material da vida, mas também a terra na qual o simbólico paira, na qual a memória encontra lugar privilegiado, morada de mitos e lendas, fonte de beleza, inspiração e do sentido sagrado da coletividade, tão essencial à vida quanto a terra de trabalho. De acordo com Gonçalves:

A construção de uma identidade coletiva é possível não só devido às condições sociais de vida semelhantes, mas também por serem percebidas como interessantes e, por isso, é uma construção e não uma inevitabilidade histórica ou natural. E, mais, na afirmação dessa identidade coletiva há uma luta intensa por afirmar os „modos de percepção legítima da (di)visão social, da (di)visão do espaço, da (di)visão do tempo da divisão da natureza (GONSALVES, 2003, p. 379).

É necessário então entender a constituição da identidade quilombola face à necessidade de luta pela manutenção ou reconquista de um território material e simbólico. Por isso, talvez melhor do que discutir o conceito de território seja discutir o processo de territorialização dessas comunidades. A territorialidade adquire um valor particular, pois reflete a multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma coletividade. Os homens vivem, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações produtivistas e simbólicas. Há interação entre os

atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. O homem transforma a natureza e a natureza transforma o homem.

O processo de territorialização pressupõe a tensão nas relações estabelecidas, pois se um grupo se organiza em prol de territorializar-se ele está negando o lugar que lhe havia sido destinado, numa dada circunstância espaço-temporal, por outros grupos sociais melhor situados no espaço social pelos capitais de que já dispõem.

Ou seja, quando uma comunidade quilombola se organiza e reivindica seus direitos sobre um território ancestral, quando ela luta para se territorializar, ela está negando o lugar marginal que lhe havia sido designado pela sociedade abrangente, seja por grandes empresas privadas que plantam eucalipto ou cana em seus territórios, seja pelo próprio poder público que lhes impõe unidades de conservação ambientais estabelecendo uma nova territorialidade, está de cima para baixo.

Para o surgimento da mobilização que busca a territorialização Gonçalves (2001) enfatiza a importância dos movimentos sociais, inventando de baixo, por baixo e para os de baixo, novos pactos, novas relações, novos direitos nos interstícios e brechas desse complexo processo de reorganização social.

Todo movimento social se configura a partir daqueles que rompem a inércia e se movem, isto é, mudam de lugar, negam o lugar que historicamente estavam destinados em uma organização social, e buscam ampliar os espaços de expressão que, como já nos alertou Michel Foucault, têm fortes implicações de ordem política (GONSALVES, 2001, p. 81).

As territorialidades são instituídas por sujeitos sociais em situações historicamente determinadas. Se hoje existem territórios quilombolas é por que em um momento histórico dado um grupo se posicionou aproveitando uma correlação de forças políticas favoráveis e instituiu um direito que fez multiplicar os sujeitos sociais e as disputas territoriais.

Territorializar-se significa ter poder e autonomia para estabelecer determinado modo de vida em um espaço, para estabelecer as condições de continuidade da reprodução material e simbólica deste modo de vida. A sobreposição de territórios implica necessariamente em uma disputa de poder.

As comunidades quilombolas ao se organizarem pelo direito aos territórios ancestrais, elas não estão apenas lutando por demarcação de terras, as quais elas têm absoluto direito, mas, sobretudo elas estão fazendo valer seus direitos a um modo de vida. Antes e depois da abolição da escravidão o território brasileiro esteve marcado pela presença de comunidades negras que ainda hoje resistem às pressões de latifundiários, de

especuladores imobiliários e até mesmo do poder público pela manutenção ou reconquista de seus territórios.

Desta forma, o processo de territorialização quilombola constitui-se muitas vezes, na luta para continuar a existir, na reinvenção de uma identidade política portadora de direitos que é informada por uma memória ancestral.

A memória, neste sentido, tem grande importância, visto que em geral se tratam de comunidades iletradas, de forte tradição oral e que encontram na reinvenção de suas identidades sua força para atuarem como cidadãos.

As comunidades Quilombolas são geralmente organizadas em Associações promovendo ações culturais, de forma precária, sem muitos recursos e com pouco apoio dos municípios onde se localizam, para perpetuarem seus ritos culturais e suas histórias para os seus descendentes e sociedade local.

A atuação sócio-política das associações são centradas em reivindicações de reconhecimento de propriedades, luta contra o preconceito e o racismo.

O desenvolvimento de uma comunicação comunitária, realizada nas Associações, é fundamental para que todas as questões sociais sejam discutidas e possam de forma organizada atingir a sociedade na qual estão inseridos, de maioria não Quilombola.

Portanto a comunicação comunitária proporciona o compartilhamento não só das memórias e perpetuação da cultura, mas também demandas sociais produzidas com identidades e interesses em comum das comunidades Quilombolas, por uma participação e ampliação cidadã ativa. Como diz Peruzzo:

A comunicação comunitária que vem sendo gestada no contexto dos movimentos populares é produzida no âmbito das comunidades e de agrupamentos sociais com identidades e interesses comuns. É sem fins lucrativos e se alicerça nos princípios de comunidade, quais sejam: implica a participação ativa, horizontal e democrática dos cidadãos; a propriedade coletiva; o sentido de pertença que desenvolve entre os membros; a co-responsabilidade pelos conteúdos emitidos; a gestão partilhada; a capacidade de conseguir identificação com a cultura e interesses locais; o poder de contribuir para a democratização do conhecimento e da cultura. Portanto, é uma comunicação que se compromete, acima de tudo, com os interesses das “comunidades” onde se localiza e visa a contribuir para a ampliação dos direitos e deveres de cidadania. (PERUZZO, 2005, p. 22).

O estudo da comunicação comunitária desenvolvidas nas comunidades quilombolas é importante para verificar se há nos dias de hoje, participação cidadã ativa desta minoria nas localidades que habitam.

Muitas determinações coloniais permanecem vigentes mesmo após os processos de emancipação política dos quilombolas, uma vez que a nova ordem política é construída sobre o arcabouço econômico e social gerado no período colonial.

Contudo, a história do negro no Brasil não se constitui somente de submissão, houve também, é claro, diversas formas de resistência negra à escravidão como revoltas, fugas, assassinato de senhores e a constituição de quilombos.

Os quilombos são a materialização da resistência negra à escravização, foram uma das primeiras formas de defesa dos negros, contra não só a escravização, mas também à discriminação racial e ao preconceito.

A comunicação comunitária é uma das formas que pode contribuir para uma participação cidadã ativa, com diálogos horizontalizados, das comunidades quilombolas, e assim contribuir para a ampliação dos direitos e deveres de cidadania desta minoria.

Quilombo Urbano: Carrapatos da Tabatinga a resistência continua

A comunidade Quilombola dos Carrapatos da Tabatinga fica localizada na periferia do distrito de Bom Despacho, cerca de 120 km de Belo Horizonte, no Centro-Oeste do Estado de Minas Gerais. É um bairro urbanizado, com residências de alvenaria, e conta com um pequeno comércio local. É servida de água tratada, esgoto, energia elétrica, telefone público e de uma escola que atende até a 4ª série do ensino fundamental.

O nome Tabatinga se refere ao barro branco existente nas ruas do bairro, explica Sônia Queiroz, professora de Língua Portuguesa da Faculdade de Letras da UFMG, mestre em Letras pela mesma Universidade e doutora pela PUC de São Paulo, natural de Bom Despacho, quando da realização de sua obra “Pé Preto no Barro Branco”, que aborda a constituição da Língua do Negro da Costa. Este era amassado com os pés para ser utilizado na construção de casebres. Mesmo com o processo de urbanização e os fortes preconceitos de parte da população local, a Tabatinga resiste.

Como aponta QUEIROZ (1998), trata-se de uma comunidade historicamente “excluída” até na geografia, como sendo “um bairro de negros”, ironicamente construída numa cidade que foi fundada sobre uma área de quilombos destruídos:

Os quilombos são, pois, fator importante no povoamento da região de Bom Despacho: os negros, fugindo aos seus senhores, entram pelo sertão

em busca de esconderijos onde se organizar como homens livres. Atrás deles vão os capitães-do-mato, que muitas vezes encontram pelo caminho lugares atraentes onde resolveram fixar residência” (QUEIROZ, 1998, p. 38)

A presença da Língua do Negro da Costa em Bom Despacho subverte toda a história oficial da cidade, história essa que explicou que Bom Despacho foi fundada por três portugueses que fizeram uma promessa à chamada Nossa Senhora do Bom Despacho ou Nossa Senhora do Sol ao chegarem a uma das três colinas que constituem, ainda, o núcleo da cidade.

A presença da “gira” (predominantemente originária da língua africana banto) da Tabatinga mostrou-nos que, antes de ser habitada por brancos portugueses, a região foi refúgio de negros fugidos das regiões de mineração situadas próximo a Belo Horizonte e Pitangui. Portanto, a “língua” seria um indício decisivo de que a cidade foi primeiramente um quilombo. Aliás, vale a pena frisar que a presença dos negros fugidos, neste período, motivou a chegada dos brancos portugueses, muitos dos quais, tendo vindo no encalço dos quilombolas, resolveram, permanecer na região. Trata-se de um exemplo de uma “língua” oral transmitindo palavras que minam, arruinam, põem abaixo uma versão que claramente foi a dos vencedores e a chamada história oficial.

Objeto de estudos, a “gira” ou Língua do Negro da Costa é uma espécie de dialeto até recentemente muito falado pelos moradores da Tabatinga. Em 1981, havia cerca de 200 pessoas que falavam a língua. Hoje apenas duas pessoas da comunidade falam.

O idioma usa a estrutura do português com a introdução de palavras do grupo banto, quimbundo e umbundo, faladas, até hoje, em Angola. A língua, surgida quando os escravos começam a realizar trabalhos domésticos, foi uma forma particular que eles encontram para se comunicarem.

Em 2004, chegaram a mudar o nome do bairro para Ana Rosa. Percebe-se que o motivo fora a localização na Rua Tabatinga da Granja Ana Rosa. A urbanização trouxe alguns fatores econômicos de decisão. Assim hoje o bairro onde é localizada a comunidade dos Carrapatos da Tabatinga chama Ana Rosa. A comunidade ficou muito entristecida com a decisão, que foi aprovada na Câmara de Vereadores. Assim se defez a identidade do nome da localidade Tabatinga, tão forte em sua origem e identidade dos moradores com o “pé preto no barro branco”. O poder público não levou em consideração a importância do nome

para a comunidade, é a própria identidade da comunidade negada e substituída por um referencial econômico. Agindo assim poderiam ficar livres da conotação pejorativa que tomou o termo “Tabatinga”, ou seja, que se veriam livres de sua própria história?

Numa breve reflexão: será que mesmo um rico herdeiro de um milionário poderia entregar a outrem todos os seus bens, fazer voto de pobreza, mas não ficaria livre de sua história? Podemos perder todos nossos bens, trocar de nome ou de identidade, mas mesmo assim não deixamos de ter uma história, ainda que negada ou silenciada.

O nome Tabatinga está na feitura dos primeiros casebres dos negros que ali iniciaram o quilombo. É a memória materializada no próprio barro amassado que moldurou o significa de territorialidade. A origem do bairro negro é sua posterior identificação quilombola, a forma pela qual a comunidade organiza a produção material, as relações sociais e simbólicas dentro de um determinado contexto espacial e cultural. E o nome é sua identificação que remete a memória de sua origem.

Em décadas anteriores, um padre tentou impedir a comunidade de realizar seus festejos na igreja de São Benedito. A disputa foi longa, mas os moçambiques da Tabatinga, venceram e voltaram a participar das missas. A resistência continua, a participação dos quilombolas na sociedade de Bom Despacho precisou lutar contra o preconceito de raça e credo, uma vez que também professam o candomblé em seus terreiros.

A participação dos quilombolas nas festas de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito são tradicionais na Tabatinga, quando saem os ternos e guardas, que são grupos compostos por homens e mulheres paramentados com cores de sua comunidade e, em cortejo, vão dançando e cantando ao ritmo de tambores, gingas e sanfonas. Levam à frente as bandeiras em homenagem aos santos de devoção.

É na Tabatinga que está um dos grupos de congado mais considerados de toda a região do centro-oeste do Estado de Minas Gerais. Tendo à frente dona Sebastiana Geralda Ribeiro da Silva, ou dona Tiana, nascida na comunidade próxima de Carrapatos e morando na Tabatinga, desde os 2 anos de idade, a Guarda de Moçambique de São Benedito mantém viva a longa tradição religiosa de matriz africana. Aos 72 anos, Dona Tiana, como é chamada, é capitã e integrante da guarda. Inclusive ocupando uma posição no congado destinada somente aos homens, e até isso os quilombolas da Tabatinga resistem: ao preconceito de gênero. A Associação Carrapatos da Tabatinga foi criada em 2006, com o objetivo de reunir a comunidade quilombola da Tabatinga para colocar as demandas sociais em pauta e através da mobilização fazer valer os direitos e deveres de cidadão.

Já obtiveram algumas conquistas. A Prefeitura de Bom Despacho firmou parceria com os grupos teatrais “Terceira Margem”, “Grupo Cabana” e “Atebemg” para que desenvolvam projeto de resgate e preservação da cultura da comunidade Quilombola da Tabatinga. Os grupos teatrais realizam pesquisa de história, estórias e personagens da comunidade. Em seguida o material obtido é transformado em texto para teatro de bonecos.

São realizadas oficinas na comunidade para a montagem do texto e deixam toda a infraestrutura necessária para que novos espetáculos sejam apresentados.

Todas as atividades culturais são gratuitas. As oficinas incluem o material necessário e até um palco para teatro de bonecos, construído e doado à comunidade para que a mesma possa usá-lo depois de terminado o projeto.

Os integrantes da Comunidade Carrapatos da Tabatinga participam de diversos projetos da Prefeitura de Bom Despacho, a exemplo do Arte e Cultura Estrela de Ouro Carrapatos da Tabatinga que atende mais de 50 crianças. Por meio dele são oferecidas oficinas de música, dança, capoeira. Estas são uma das iniciativas que a Associação tem por parte da Secretária da Cultura de Bom Despacho, fruto da reivindicação da comunidade quilombola para a preservação da sua cultura.

Mas a comunidade ainda tem muitas questões políticas para serem coladas para o poder público. A regularização dos territórios das comunidades quilombolas da Tabatinga, para que os descendentes não venham a passar o que os atuais moradores passam.

A saúde e educação na comunidade é precária. Percorrem grandes distâncias para serem atendidos. Há o problema da exclusão social, preconceito e discriminação racial, com humilhações constantes. A luta é para que possam ter tudo regularizado na questão das propriedades e todos os direitos iguais aos outros. A luta da comunidade quilombola dos Carrapatos da Tabatinga não é fácil, mas eles resistem e não desistem.

A comunidade dos Carrapatos da Tabatinga tem em sua Associação seu ponto de organização para sua mobilização social. Foi verificado que eles ainda não utilizam nenhum tipo de mídia para publicitar a comunicação comunitária. Avançaram na discussões horizontalizadas, envolvendo a comunidade. Conseguiram através de mobilização a parcerias com a Prefeitura de Bom Despacho nas questões culturais importantíssimas na preservação da memória e da cultura quilombola. Mas não foi encontrado nenhuma utilização de mídia que publicite as demandas sociais, com conteúdos realizados pela comunidade. E também foi constatado pouca participação na dita grande imprensa. Utilizam a rede social Facebook com a página da comunidade Quilombo Carrapatos da

Tabatinga, onde publicam as ações realizadas pela presidente da Associação e eventos culturais. As possíveis causas de não ter acesso, ou não produzir conteúdo para nenhum veículo de comunicação será objeto de estudo da pesquisa que está em andamento.

O acesso à produção de uma mídia que publicite as demandas sociais da comunidade seria importantíssimo, para dar visibilidade as reivindicações da comunidade quilombola dos Carrapatos da Tabatinga, uma vez que a mobilização social já existe através da Associação.

Considerações finais

Os quilombos foram construídos como uma unidade básica de resistência do negro contra as condições de vida impostas pelo sistema escravista. Hoje, os quilombos constituem um legado material e imaterial de resistência com os quais os quilombolas desenvolvem e reproduzem modos de vida característicos num determinado lugar.

Na Constituição Federal de 1988, foi assegurado às comunidades remanescentes de quilombos o direito às terras por estas ocupadas, devendo o Estado atuar na titularização dessas terras. Do direito conquistado pelo movimento negro surge a identidade política do quilombola. Muitas comunidades, até então em geral ditas apenas “comunidades negras” ou que habitavam as chamadas “terras de preto” passam a se assumir quilombolas. Diante deste fenômeno houve uma ressemantização do conceito de quilombo, ampliando-o, propiciando que um número crescente de comunidades passasse a se autodeterminar desta maneira.

De acordo com a Fundação Cultural Palmares existem hoje no país cerca de 1500 comunidades certificadas. Desta forma, muitas comunidades rurais negras passaram a construir uma nova identidade, baseada no resgate do conceito de “quilombo”, com o aparecimento de novos atores sociais, ampliando e renovando os modos de ver e viver a identidade negra.

Desta forma, as lembranças, as memórias de um grupo social devem ser entendidas como documentos históricos de igual valor aos documentos escritos, pois possibilitam outras versões sobre nossa história, que especificamente no caso das populações negras foram descritas, em geral, apenas como escravizadas ou libertas, sem os matizes necessários para o entendimento do papel destas populações na formação do país e seu povo.

É necessário, portanto, que se proceda a uma revisão historiográfica na qual o negro seja visto como parte constituinte do que somos enquanto brasileiros e que a

escravidão não seja vista como um passado distante, mas como fato que produziu marcas que persistem sem tratamento adequado em nossa formação social.

Assim, as questões que envolvem as populações quilombolas não podem ser tratadas como episódicas e isoladas e sim incluídas em planos de ações com premissas, metas, alocação de recursos e prazos determinados, ou seja, devem ser realmente incluídas e integradas no planejamento público.

A comunicação não é apenas um direito de cidadania, mas também o alicerce para sua própria existência e efetivação, já que possibilita o diálogo e a troca de informações, elementos fundamentais à promoção do debate público, à articulação social em favor das mudanças estruturais da sociedade e à efetivação de direitos, portanto é fundamental entender os processos que a envolve.

No processo comunicação/informação a mídia massiva não expressa, sem interesses financistas e partidários, o grito das comunidades com seus movimentos sociais. Há necessidade de meios de comunicação voltados para as questões sociais, que possam difundir publicitando a comunicação partilhada das comunidades.

Essa comunicação, dialogada e partilhada nas comunidades, reivindicando por transformações sociais, precisa ter espaços que deem visibilidade. Precisamos de políticas públicas que proporcionem mídias cidadãs, que atuem no cenário midiático brasileiro publicando as narrativas sociais. Como diz Paulo Freire “[...] não ser apenas objeto, mas sujeito também da História” (FREIRE, 2002, p. 60).

Para uma participação cidadã ativa, é fundamental o acesso e a garantia à comunicação e à informação, possibilitando a inclusão do indivíduo no debate, para que ele se sinta coparticipante dos processos sociais. Mas também é necessário o Estado estender o direito à produção de conteúdo e sua divulgação por meio de mídias, que estão fora do núcleo dos grandes conglomerados de comunicação, incentivando as mídias cidadãs proporcionando a legalização de rádios e jornais comunitárias, incentivando as mídias alternativas na Internet, solicitando aos canais abertos maior espaço para discussão das questões sociais.

REFERÊNCIAS

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Geo-grafias: movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad**. México: Siglo Veintiuno, 2001.

_____. Violência e democracia no campo brasileiro: o que dizem os dados de 2003. In **Caderno Conflito no Campo – Brasil 2003**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2004.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes. de. **Terra de pretos, terra de mulheres. Terra, mulher e raça num bairro rural negro**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 1995.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização. Do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006. HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Albin Michel, 1994.

MORAES, Antonio C Robert. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

PERUZZO, C.M.K. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. **Revista Latino Americana de Ciencias De La Comunicación**, ALAIC, São Paulo, [a.II], n.3, p.18-41, [2. sem, 2005].

_____. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: FFLCH-USP, Centro de Estudos Rurais e Urbanos-Ceru, 1983.

QUEIROZ, Sonia. **Pé Preto no Barro Branco - A língua dos negros de Tabatinga**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

.